

Moção de apoio ao Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro - DRM-RJ

As instâncias acadêmicas, instituições científicas e organizações de Classe que apoiam esta moção se solidarizam com o corpo de servidores do Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro - DRM-RJ contra o seu desmonte técnico-administrativo e contra a destruição da memória dessa importante Instituição das Geociências do Estado do Rio de Janeiro.

O DRM-RJ, criado pelo Decreto Lei n. 201 de 15 de julho de 1975, na sua origem teve como um dos seus principais objetivos o mapeamento geológico na escala 1:50.0000 do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Projeto Carta Geológica. Trata-se de uma escala de trabalho que se reveste de grande importância para o planejamento territorial. Sem ufanismo ou figura de retórica, o DRM – RJ ainda se destaca no cenário nacional, haja vista que ainda hoje apenas cerca de 10% do território nacional é conhecido na escala 1:100.000, conforme indicado no Plano Nacional de Mineração do Governo Federal (PNM 2030).

Persiste no país grandes vazios de conhecimento geológico, em prejuízo para o desenvolvimento econômico e para o ordenamento territorial. E é justamente nessa perspectiva que o órgão se reinventa e firma-se como necessário no tecido governamental. A partir de 2009, impulsionado pela necessidade de trazer soluções para os problemas relacionados aos desastres naturais, que dominam no estado do Rio de Janeiro, passa a incorporar os desafios na área de risco geológico. É criado o Núcleo de Análise e Diagnóstico de Escorregamentos (NADE), responsável pelo mapeamento das áreas de risco iminente em 91 municípios do Estado, além do atendimento às emergências nestes municípios. Cabe ao NADE, também, executar o programa de Cartografia Geotécnica de Aptidão Urbana, abrangendo 10 municípios fluminenses. Outra importante contribuição do núcleo refere-se ao “Estudo da Correlação Chuvas x Escorregamentos” que, em 2012, propôs os índices de chuva críticos para o acionamento das sirenes do Sistema de Alerta e Alarme da Defesa Civil, para os municípios da região serrana do Estado.

O Rio de Janeiro não pode prescindir de um órgão com atribuições de Serviço Geológico; sim, porque esta é a configuração apropriada que cabe ao DRM-RJ, e não o seu desmonte. Vivemos num mundo cada vez mais transdisciplinar, onde o esteio para o desenvolvimento, em sua origem, encontra lugar no conhecimento do meio físico. Muito ainda pode ser dito sobre o potencial de entregas de um Serviço Geológico para sociedade. E uma parcela significativa disto o DRM já entregou, além do que já foi mencionado, senão, vejamos: a publicação do “Panorama Mineral do Estado do Rio de Janeiro”, em 2012 e 2015, com foco principal no subsetor de agregados para a construção civil; a publicação e divulgação da cartilha “Comunidade Mais Segura – Mudando Hábitos e Reduzindo Riscos de Movimentos de Massa”, editada pelo Serviço Geológico do Estado do Brasil – CPRM, para os



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
UFRJ



municípios fluminenses; o “Projeto Caminhos Geológicos”, que teve como objetivo a popularização da geologia, por meio de placas de “Pontos de Interesse Geológico” em diversos municípios fluminenses; o “Programa de Águas Minerais”, que teve como objetivo o levantamento da situação do parque produtor fluminense.

O acervo técnico do DRM-RJ constitui insumo primário para as pesquisas acadêmicas. Também por isso precisa ser cuidado, preservado e permanentemente atualizado.

Assim, estamos alinhados à causa dos servidores do Departamento de Recursos Minerais, somando esforços em prol do fortalecimento desta organização, tendo a certeza da inestimável contribuição do conhecimento geológico e científico para a melhoria da qualidade de vida da sociedade fluminense.

Subscvem esta Moção de Apoio as seguintes instituições e organizações: Instituto de Geociências - IGEO/UFRJ, Departamento de Geociências - UFRRJ, Federação Brasileira de Geologia - FEBRAGEO, Sociedade Brasileira de Geologia – SBG/Núcleo Rio de Janeiro, Associação Profissional dos Geólogos do RJ – APG-RJ, Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental - ABGE Núcleo RJ/ES, Associação Brasileira de Defesa do Patrimônio Geológico e Mineiro – AGeoBr.

Esta moção foi aprovada por unanimidade na egrégia reunião da Congregação do Instituto de Geociências, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2020.

Prof. Dr. Edson Farias Mello

Diretor do Instituto de Geociências
UFRJ/CCMN/IGEO